



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. ELIAS VAZ)

Altera o art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que “dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal”, para permitir que a Administração Tributária possa agir para receber as dívidas no momento da concessão de reajustes tarifários.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que “dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal”, para permitir que a Administração Tributária possa agir para receber as dívidas no momento da concessão de reajustes tarifários.

**Art. 2º** O art. 29 da Lei nº 8.987, de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 29 .....

Parágrafo único. Deverá ser exigida prova de regularidade fiscal para com a União previamente à homologação dos reajustes tarifários de que trata o inciso V.” (NR).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elias Vaz  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218967758200>



\* C D 2 1 8 9 6 7 7 5 8 2 0 0 \*



## **JUSTIFICAÇÃO**

Os tributos compõem o preço da tarifa e as concessionárias de serviços públicos detêm simplesmente a responsabilidade pela retenção dos tributos incidentes sobre a tarifa cobrada. É de se esperar que não existam dívidas tributárias para quem opera nesse regime, mas não é o que acontece na prática, pois a dívida acumulada no regime é bilionária.

Quando tal fato envolve Concessionárias de Serviços Públicos, que tenham as tarifas controladas por órgãos do Governo, estamos, além do ocorrido, diante de ilegalidades administrativa e tributária, além de um enriquecimento ilícito em desfavor da sociedade, vez que na composição do cálculo tarifário consta os custos e a remuneração do capital. As contas (como a de energia elétrica ou uma tarifa de transporte de passageiros interestadual, por exemplo) incluem em seu cálculo o pagamento dos tributos devidos, à parte.

No momento em que o cidadão paga a conta, decorrente de um serviço prestado mediante preço controlado por tarifa pública, paga junto os tributos embutidos. Não pagando a conta, corta-se o serviço.

A Constituição Federal garante, além do princípio da legalidade, o poder de fiscalização pelo poder concedente, o controle tarifário e condiciona os contratantes com o poder público à regularidade quanto à Seguridade Social.

A Lei de Concessões, que remete à Lei de Licitações quanto aos aspectos de regularidade fiscal, trata da manutenção do equilíbrio financeiro, de forma que a tarifa garanta a justa remuneração do capital e a manutenção e melhoria dos serviços, mas está claro que não inclui os tributos que são agregados na composição do preço.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

O inciso VII do art. 38 da Lei nº 8.987/1995, prevê a rescisão dos contratos para as concessionárias que não apresentarem prova da regularidade fiscal no prazo de 180 dias, contados da intimação do poder concedente, porém, em situações de monopólio, como no fornecimento de água e luz, a União se vê impossibilitada de fazer cumprir a lei.

A presente proposta apresenta-se como alternativa menos gravosa ao atual inciso VII do art. 38 da Lei nº 8.987/1995, e permite que a Administração Tributária possa agir para receber as dívidas no momento da concessão de reajustes tarifários.

Ademais, por meio de meu trabalho de fiscalização, constatei que a situação atual é muito grave, pois as Concessionárias e Permissionárias devem bilhões à União.

Na busca por informações sobre a dívida ativa da União, especificamente, no tocante aos devedores caracterizados como Concessionários e Permissionários, requeremos um relatório à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A resposta foi encaminhada pela Coordenação-Geral da Dívida Ativa da União e do FGTS por meio ofício SEI nº 131114/2021/ME, contendo um relatório detalhado sobre o estoque da dívida, devedores e situação dos créditos inscritos.

O resultado foi avassalador, pois, juntas, as quatro maiores concessionárias do serviço de telefonia e internet (TIM, VIVO, CLARO e OI) devem R\$ 6 bilhões à União.

Os montantes estão detalhados nas tabelas abaixo:

O Grupo VIVO possui R\$ 1,7 bilhão na dívida ativa:

<b>GRUPO VIVO</b>	<b>Em cobrança</b>	<b>Benefício Fiscal</b>	<b>Em Garantia</b>	<b>Suspenso por decisão judicial</b>	<b>Valor Consolidado das Inscrições</b>
-----------------------	------------------------	-----------------------------	--------------------	--	---





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

<b>TELEFONICA BRASIL S.A.</b>	<b>17.000.691,06</b>	<b>0,00</b>	<b>1.630.256.123,90</b>	<b>5.294.844,10</b>	<b>1.652.551.659,06</b>
<b>VIVO S.A.</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>78.790.029,99</b>	<b>3.730.307,37</b>	<b>82.520.337,36</b>
<b>GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A.</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>47.044.149,41</b>	<b>15.015.002,34</b>	<b>62.059.151,75</b>
<b>Totais</b>	<b>17.000.691,06</b>	<b>0,00</b>	<b>1.756.090.303,30</b>	<b>24.040.153,81</b>	<b>1.797.131.148,17</b>

O Grupo CLARO possui R\$ 2,1 bilhão na dívida ativa:

<b>GRUPO CLARO</b>	<b>Em cobrança</b>	<b>Benefício Fiscal</b>	<b>Em Garantia</b>	<b>Suspensão por decisão judicial</b>	<b>Valor Consolidado das Inscrições</b>
<b>AMERICEL S/A</b>	<b>52.148,36</b>	<b>0,00</b>	<b>103.634.533,25</b>	<b>0,00</b>	<b>103.686.681,61</b>
<b>CLARO NXT TELECOMUNICACOES LTDA</b>	<b>0,00</b>	<b>525.730,10</b>	<b>62.207.957,85</b>	<b>1.280.094,30</b>	<b>64.013.782,25</b>
<b>CLARO S.A.</b>	<b>248.445,79</b>	<b>13.021.491,21</b>	<b>1.202.981.014,21</b>	<b>25.500.120,05</b>	<b>1.241.751.071,26</b>
<b>EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>693.442.710,94</b>	<b>51.239.106,32</b>	<b>744.681.817,26</b>
<b>Totais</b>	<b>300.594,15</b>	<b>13.547.221,31</b>	<b>2.062.266.216,25</b>	<b>78.019.320,67</b>	<b>2.154.133.352,38</b>

O Grupo Oi possui R\$ 1 bilhão na dívida ativa:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Elias Vaz

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218967758200>



\* CD 218967758200 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRUPO OI	Em cobrança	Benefício Fiscal	Garantia	Suspenso por decisão judicial	Valor Consolidado das Inscrições
OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	99.863.821,24	25.764.390,94	771.533.409,99	106.598.887,25	1.003.760.509,42
CNPJ DO DEVEDOR	99.863.821,24	25.764.390,94	771.533.409,99	106.598.887,25	1.003.760.509,42

O Grupo TIM possui R\$ 1,1 bilhão na dívida ativa:

GRUPO TIM	Em cobrança	Benefício Fiscal	Garantia	Suspenso por decisão judicial	Valor Consolidado das Inscrições
TIM CELULAR S.A.	0,00	0,00	271.080.363,16	3.986.991,00	275.067.354,16
TIM S A	10.306.500,92	9.361.963,71	800.916.232,71	21.916.189,14	842.500.886,48
Totais	10.306.500,92	9.361.963,71	1.071.996.595,87	25.903.180,14	1.117.568.240,64

A legislação tributária, hoje, permite um verdadeiro absurdo, pois a grande maioria dos débitos está regularizada por meio de garantias. Nessa modalidade, o devedor oferece ao Poder Público uma espécie de garantia que será executada somente após todo o trâmite da Ação de Execução Fiscal que a PGFN ajuizará. Isso, no entanto, pode durar décadas, porém, durante todo esse tempo, o devedor terá regularidade fiscal, ou seja, sua Certidão de Débitos será positiva com efeito negativo.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Essa manobra é trágica para os cofres da União, pois nenhum centavo é pago até que a execução fiscal chegue ao fim (anos na Justiça), porém o devedor não sofre nenhuma penalidade durante o caminho e seguirá regular na esfera tributária como se não devesse nada.

Existem vários tipos de garantias, porém a maioria esmagadora dos credores opta em firmar contratos de seguro e, assim, oferecem as apólices ao Poder Público. Essa operação é um grande negócio para as empresas, pois é mais barata quando comparada ao débito.

Hodiernamente, no planejamento tributário profissional, as empresas optam em não pagar os impostos, desembolsam uma parcela pequena para as seguradoras, conduzem os processos judiciais até a última instância e ficam o crédito tributário investido na própria empresa ou em algum ativo financeiro, por exemplo.

Esse problema é geral, tendo em vista que, por meio do ofício nº 507/2019/GME-ME, o Ministério da Economia informou que o estoque da dívida ativa da Vale S.A é de R\$ 54 bilhões.

Por esses motivos é que peço o apoio de meus Pares para aprovar o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de junho de 2021.

**ELIAS VAZ**

Deputado Federal – PSB/GO

